

Juventudes e ONU:

Advocacy pela Agenda 2030

Realização:



Apoio:



DADOS DA OBRA

Titular do ISBN

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH (CNPJ: 06.303.357/0001-25)

Título da Obra

Juventudes e ONU: Advocacy pela Agenda 2030

Tipo de Obra

Individual

Idiomas da Publicação

Português (Brasil)

Tags

Juventude; Agenda2030; DireitosHumanos;ODS

AUTORIA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH; Autor; Brasil

Isadora Cunha Caldas - Diagramador - Brasil

Ana Cecília Otero - Redator - Brasil

Fernanda Brandão Lapa - Redator - Brasil

Suiany Zimmermann Bail - Redator - Brasil

Fernanda Brandão Lapa - Revisão - Brasil

CARACTERÍSTICAS

Veiculação - Digital

Formatos da obra Livro - Digital

Extensão da Obra - PDF

Tamanho do arquivo da obra -

Edição - 1

Ano - 2023

UF - SC

Cidade - Joinville

CLASSIFICAÇÃO

Público: Geral

Assunto: 370 - Educação

Palavras-chave: Agenda2030; Juventude;

Advocacy

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Juventudes e ONU [livro eletrônico] : advocacy pela agenda 2030 / Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) ; redação Ana Cecília Otero, Fernanda Brandão Lapa, Suiany Zimmermann Bail. -- Joinville, SC : Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH, 2023.
PDF

ISBN 978-65-981306-0-2

1. Desenvolvimento sustentável 2. Direitos humanos
3. Educação 4. Juventude - Aspectos sociais
5. Organização das Nações Unidas (ONU) I. Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH).
II. Otero, Ana Cecília. III. Lapa, Fernanda Brandão.
IV. Bail, Suiany Zimmermann. V. Caldas, Isadora Cunha.

23-171942

CDD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação e direitos humanos 370.115

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

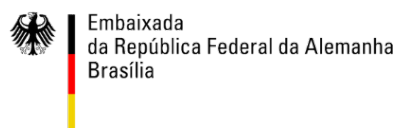
Juventudes e ONU:

Advocacy pela Agenda 2030

Realização:



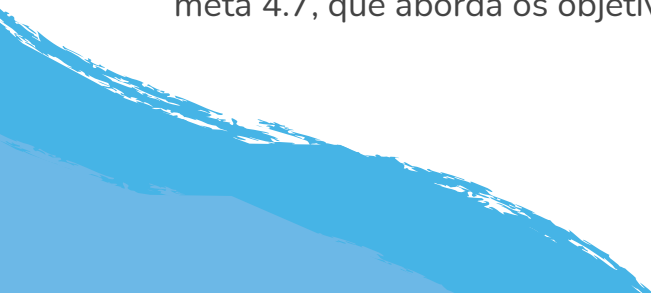
Apoio:



É consenso na comunidade internacional que a educação em direitos humanos (EDH) inclui qualquer esforço de aprendizagem, educação, treinamento ou informação voltado para a construção de uma cultura universal de direitos humanos, baseada em valores fundamentais como respeito, igualdade e justiça; e na inalienabilidade, interdependência, inter-relação, indivisibilidade e universalidade dos direitos humanos. Uma educação eficaz, além de promover o conhecimento e os mecanismos que os protegem, também deve desenvolver habilidades e atitudes na promoção, defesa e aplicação dos direitos humanos na vida cotidiana.

Nesse sentido, a Recomendação de 1974 sobre Educação para a Paz, Cooperação Internacional e Direitos Humanos da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) foi um importante marco no campo da educação para os direitos humanos (EDH), reconhecendo a importância de incorporar esses valores nos sistemas educacionais em todo o mundo tendo em vista a construção de sociedades mais justas, inclusivas e pacíficas. Os princípios da Recomendação continuam relevantes, bem como, a promoção da educação para a paz, a compreensão intercultural e os direitos humanos permanecem como objetivos importantes em um mundo cada vez mais interconectado e diversificado. A educação em direitos humanos para jovens, tanto em ambientes formais quanto não formais, promove um senso compartilhado de humanidade e um entendimento comum de que todos os seres humanos são igualmente merecedores de dignidade, respeito e justiça. Ele capacita os jovens a cumprir seu papel como cidadãos ativos, a agir e defender seus direitos humanos e os dos outros, e a participar de forma significativa nos assuntos públicos e nos processos democráticos de tomada de decisão.

Nesse contexto, a UNESCO e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH) colaboram em várias iniciativas para promover a educação em direitos humanos em todo o mundo. Essas iniciativas visam aumentar a conscientização, o conhecimento e o respeito pelos direitos humanos, bem como promover uma cultura de paz e tolerância. O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) é uma dessas iniciativas. Lançado em 2005, o PMEDH está hoje em sua “quarta fase” (2020-2024) que tem como objetivo promover a programação de educação em direitos humanos para jovens em nível nacional. Esse foco também contribui para o alcance da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, particularmente o Objetivo 4 sobre Educação e a meta 4.7, que aborda os objetivos da em direitos humanos.



No Brasil, o Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) é uma entidade da sociedade civil brasileira, parceira da UNESCO, que há 19 anos busca fortalecer a democracia no Brasil e América Latina através da atuação internacional em direitos humanos. Atualmente, por meio do seu programa “Juventude na ONU”, o IDDH tem sido importante aliado da ONU na implementação da atual 4ª fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos - PMEDH (2020-2024) e na difusão da Agenda 2030 no Brasil.

Isto posto, o programa de ciências humanas e sociais da UNESCO no Brasil tem o prazer de apoiar o presente ebook que traz algumas reflexões do último encontro “ONU e Juventudes: Advocacy em Direitos Humanos” realizado em Brasília em 2023. A formação ONU e realizada pelo IDDH teve o objetivo de capacitar jovens entre 18 e 29 anos, de todas as regiões do país, para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Desse modo, o IDDH tem contribuído de maneira decisiva no diálogo e colaboração com atores estratégicos oferecendo mentoria para a elaboração de projetos que promovam uma agenda de desenvolvimento social inclusiva e calcada no respeito aos direitos humanos.

Boa leitura!

Fabio Eon
Coordenador do Programa de
Ciências Humanas e Sociais
da UNESCO no Brasil



SUMÁRIO

01

INTRODUÇÃO

04

PROCESSO
FORMATIVO

EDUCARDH - O JEITO DO IDDH
DE EDUCAR EM DH

06

ONU E JUVENTUDES:
ADVOCACY EM DIREITOS
HUMANOS

08

OS PROJETOS

42

AGRADECIMENTOS

44

FAÇA PARTE

45

LINKERIA

Jovens enfrentam barreiras sistêmicas, legais, financeiras e outras para se beneficiarem plenamente das políticas e programas de proteção social. Para mudar esse paradigma, devemos trabalhar com todas as pessoas, incluindo os jovens, como agentes e não apenas beneficiários (Jayathma Wickramanayake, UN Secretary-General's Envoy on Youth)¹.

As Juventudes representam uma porcentagem crescente de nossa população mundial. Atualmente, as juventudes representam 16% da população global e até 2030, a projeção é de que tenha crescido 7%. Não é à toa que as Juventudes são chamadas de “portadoras da tocha” da Agenda 2030. Precisamos do seu engajamento para construir um mundo mais sustentável, equitativo e justo para nós e para as gerações futuras.

Conforme António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, as Juventudes são essenciais para a efetiva implementação da Agenda 2030 e para o Desenvolvimento Sustentável: “A juventude deve estar no centro dos esforços para enfrentar esses desafios e construir sociedades mais pacíficas, justas e sustentáveis (...) Precisamos assegurar que pessoas jovens tenham um lugar à mesa - criando soluções inclusivas que combinem paz e segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos”.²

Conscientes desse desafio e realidade, o Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH em parceria com a Cátedra UNESCO de Educação para a Cidadania e Direitos Humanos da UNIVILLE vêm buscando apoiar e impulsionar cada vez mais projetos participativos, inovadores e de impacto local para que a participação ativa das Juventudes brasileiras possam auxiliar na implementação dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável e de uma cultura de paz no país!

O IDDH é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, criada em 2004, com a missão de fortalecer a democracia no Brasil e América Latina através da atuação internacional em direitos humanos. O IDDH possui status consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), desde 2016, coordena o Coletivo RPU Brasil e o Coletivo EPU América do Sul, além de integrar diver-

1 UN News. 400 million new green and digital sector jobs, will pave way to ‘rebalance societies’. 23 September 2022. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/09/1127751>

2 UN Meetings Coverage and Press Releases. Secretary-General, at Conference on Youth-Inclusive Peace Processes, Says Young People Need Seat at Negotiating Table, Protection against Forces Aiming to Silence Them. 20/01/22. Disponível em: <https://press.un.org/en/2022/sgsm21110.doc.htm>

sof grupos e redes para incidência internacional no tema de direitos humanos, como o GT da Agenda 2030 no Brasil. Atua com programas de Formação (cursos básico e prático de Advocacy ONU), Informação (Boletim sobre CDH/ONU, plataforma IndexDH Brasil e plataforma RPU), Articulação (Redes de Advocacy Internacional - RAI e RAIJ) e Advocacy (editais como ECOAR). Conheça um pouco mais sobre nossa atuação em nosso site (iddh.org.br) e em nossas Plataformas: EducadDH e IndexDH.



A EDH - Educação em Direitos Humanos, faz parte da identidade da nossa organização e deve ser entendida como um componente essencial do próprio Direito Humano à Educação. Mais do que Educar SOBRE o que e quais são os Direitos Humanos (DH), buscamos uma educação de caráter emancipatório e crítico³, como prática de liberdade⁴. Esta educação só é possível quando educamos POR MEIO do respeito aos direitos humanos e PARA a promoção destes direitos, seja para si ou para todas as demais pessoas.



Impulsionado pela 4ª fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos - PMEDH da ONU, o IDDH tem buscado ampliar suas ações para as Juventudes. O PMEDH definiu que as Juventudes seriam o foco principal da EDH para todos os Estados da ONU durante o período de 2020-2024. Isto significou que este público deveria ser, não o único, mas o alvo prioritário das ações de EDH, sempre considerados agentes ativos e protagonistas das suas histórias.

A partir desse período, por causa do

3 FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

4 HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2013.

foco em Juventudes (18-29 anos), o IDDH vem se aproximando do trabalho de EDH em universidades no Brasil e América Latina e, assim, estabeleceu-se a parceria entre o IDDH e a Cátedra UNESCO de Educação para a Cidadania e Direitos Humanos, estabelecida na Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE - em 2021, como a primeira Cátedra UNESCO no Brasil que visa fortalecer uma rede colaborativa de EDH na América Latina e Caribe, em especial entre Cátedras UNESCO, no intuito de promover e articular projetos, pesquisas e programas de direitos humanos com impacto orientado às Juventudes.

Com isso, em nome das equipes do IDDH e da Cátedra UNESCO, apresentamos a vocês alguns dos projetos inspiradores e potentes, desenhados e elaborados pelas Juventudes brasileiras de todas as regiões do Brasil, visando implementar os direitos humanos através da Agenda 2030 para impactar as vidas nos territórios.

Fernanda Lapa

Diretora Executiva do IDDH - Titular Cátedra UNESCO de Educação para a Cidadania e Direitos Humanos da UNIVILLE



O JEITO EDUCAR DO IDDH: O método pedagógico exclusivo do IDDH de educar em direitos humanos

O **Jeito Educar do IDDH** é o método pedagógico que temos desenvolvido pouco a pouco nos últimos 15 anos. Com a teoria e prática freirianas sempre buscamos desenvolver materiais e metodologias participativas, libertárias e que contribuam para o pleno desenvolvimento da pessoa. Após a pandemia da Covid -19, incluímos em nosso método a educação digital. Faz-se mister ressaltar que entendemos a educação como um processo sistemático, permanente e multidimensional e que, portanto, está sempre em processo de reinvenção e reconstrução. Atualmente, nosso método é dividido em três etapas: Conhecer, Articular e Incidir.

A primeira etapa **CONHECER** - tem o objetivo de garantir que participantes dos cursos tenham acesso a um material básico sobre o conteúdo proposto e despertem futuras possibilidades do uso concreto desse conhecimento antes de se encontrarem para trabalharem coletivamente. Estes percursos formativos normalmente se iniciam em cursos online assíncronos, com materiais interativos e dinâmicos, para serem inclusivos às diferentes realidades que temos no país.

Num próximo momento, o **ARTICULAR** - o objetivo é fazer com que, através de atividades em grupos, momentos interativos e troca de experiências, as/os/es participantes possam construir a aprendizagem a partir das próprias experiências e com o que cada um/a tem a contribuir. Assim, ao final, podem ser capazes de visualizar o poder do trabalho coletivo para o avanço da pauta dos direitos humanos em geral, para que, em momentos estratégicos, possam unir e planejar seus esforços para incidências de forma cooperativa.

Por último, chega o momento de **INCIDIR** - ou seja, depois de terem conhecimento e saberem fazer articulação (trabalhar em equipe), chega a hora de realizar uma incidência prática, com ou por meio de mentoria da equipe do IDDH.

Sendo assim, através do **Jeito Educar do IDDH** buscamos apresentar essas etapas como uma trajetória em espiral, onde depois de caminhá-las, a pessoa chega novamente no conhecer, mas em outro lugar de partida, e, assim, começamos a caminhada de novo, para o articular e depois o incidir e, depois...tudo de novo, garantindo nossos pressupostos de que a EDH é um processo contínuo e sempre inacabado.

CURSO ONU E JUVENTUDES: ADVOCACY EM DIREITOS HUMANOS

A formação ONU e Juventudes: Advocacy em Direitos Humanos é um curso anual do IDDH que tem o objetivo de capacitar as Juventudes (18-29 anos) sobre a atuação internacional em direitos humanos. Através do Jeito Educar do IDDH, jovens de todas as regiões do Brasil são provocadas/os a participarem de uma jornada pedagógica que se inicia conhecendo as estruturas da ONU e seus mecanismos de direitos humanos. A partir deste conhecimento, incentiva a articulação e a troca entre as Juventudes visando aproximar cada vez mais as convergências e distanciar as divergências na luta pelos direitos humanos no país. Assim, precisam dialogar e desenhar projetos de advocacy de forma colaborativa, utilizando os instrumentos internacionais de DHs, visando causar impacto em seus territórios. Tudo isso, claro, por meio de um material atentamente desenvolvido pelo IDDH e sob a supervisão e mentoria de uma equipe qualificada.



Na edição 2022/2023 da formação ONU e Juventudes tivemos aproximadamente 400 inscrições e 105 pessoas participantes, oriundas de todas as regiões do país. Na primeira etapa online - Conhecer - as/os/es participantes tiveram contato com conteúdos sobre Sistema ONU de Direitos Humanos e a Agenda 2030, além de receberem um primeiro desafio de trabalhar em trios para elaborar uma proposta de incidência internacional. Este momento foi exclusivamente online, no formato híbrido (síncrono e assíncrono), disponível através da Plataforma EducarDH, e contou com webinários entre participantes e a equipe do IDDH. Após 4 semanas de percurso pedagógico navegando entre materiais interativos; vídeos; ebooks; infográficos; trabalho em grupo; entre outros, os trios apresentaram uma proposta de implementação dos direitos humanos através da Agenda 2030. Para isso, foi também realizada uma avaliação entre pares para garantir que todas/os/es conhecessem as perspectivas e potencialidades de projetos diversos de várias partes do país e, assim, o trio mais votado de cada região e com maior engajamento no curso garantiu sua participação na etapa seguinte, presencial, da formação.



O segundo momento do curso - Articular - tinha o objetivo principal de colocar as Juventudes de várias regiões do país em contato e aprofundar o trabalho realizado em seus projetos da primeira etapa. Através de oficinas e mentorias presenciais, os grupos agora puderam desenhar melhor as atividades de incidência internacional e aprimorar as propostas para que, ao finalizar a formação, os trios tivessem um projeto de incidência para implementar a Agenda 2030 em suas respectivas regiões.

Durante essa trajetória, entre o curso online e a oficina presencial, tivemos duas oficinas preparatórias online com convidados/as, e, em uma delas, contamos com a participação de Daniel Calarco, Presidente do Observatório Internacional da Juventude. Já o módulo presencial - Articular - foi realizado no escritório da UNESCO em Brasília, entre os dias 03 e 05 de maio de 2023 e recebemos especialistas convidadas/os⁵ que orientaram com exclusividade cada trio; além de propor contato com interlocutores sobre advocacy nacional e internacional⁶.

Ao final, cada grupo saiu com um projeto desenhado para incidir junto à Agenda 2030 em seus territórios, de forma que as Juventudes pudessem ser participantes e protagonistas da construção de um futuro sustentável. Os projetos podem ser conferidos aqui neste ebook!

Esta edição foi realizada pelo Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos, através da Plataforma EducarDH, com parceria da Cátedra UNESCO de Educação para a Cidadania e Direitos Humanos da UNIVILLE, do escritório da UNESCO Brasil e apoio da Embaixada da Alemanha em Brasília.

5 Camila Gomes de Lima, Cristiane Ribeiro; Marianna Borges; Tânia Dornellas; e, Thiago Gehre Galvão.

6 Fábio Soares Eon, Coordenador dos Setores de Ciências Naturais e de Ciências Humanas e Sociais do Escritório da UNESCO, e Aisha Sayuri Agata da Rocha, Assistente de Direitos Humanos do ACNUDH no Brasil



REGIÃO NORTE

SAPOPEMA ENTRE O RIO E O ASFALTO: rede de mobilização no combate ao racismo ambiental urbano

Identificação do grupo: Maré Cheia

Lanna Paula Ramos da Silva, Mestra em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPA), Comunicadora social e Jornalista (UFPA). Cofundadora da Maré Cheia Produtora. Assessora de comunicação da organização de direitos humanos Terra de Direitos. lan-napaular@gmail.com | lanna@terradedireitos.org.br | [@ramoslanna_](https://www.instagram.com/ramoslanna_) | [@marecheiaprodutora](https://www.instagram.com/marecheiaprodutora)



Mariana Pereira da Silva, Mestra em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPA), comunicadora social e jornalista (UFPA). Cofundadora e coordenadora da Maré Cheia Produtora, assessora de comunicação Articulação de Agroecologia da Amazônia (ANA Amazônia). marianap009@gmail.com | [@marecheiaprodutora](https://www.instagram.com/marecheiaprodutora) | [@ps_mariana](https://www.instagram.com/ps_mariana)



Valdecir Ramos da Silva Junior, Mestre em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPA), Comunicador Social e Publicitário pela Universidade Federal do Pará. Membro da Maré Cheia Produtora. Mobilizador no Projeto Juventudes do Levante Popular da Amazônia da ANA Amazônia. neilyork16@gmail.com | [@marecheiaprodutora](https://www.instagram.com/marecheiaprodutora) | [@eusousulamericano](https://www.instagram.com/eusousulamericano)



Objetivo principal do projeto:

Conscientizar sobre o racismo ambiental urbano e como isso afeta as populações mais pobres e racializadas; Sensibilizar adolescentes e jovens da periferia de Belém por meio de minicursos e oficinas sobre racismo ambiental e mudanças climáticas.



Objetivos específicos:

- Criar cartilhas educativas sobre como identificar e denunciar situações de racismo ambiental;
- Promover campanhas de conscientização nas redes sociais e offline;
- Produzir conteúdos articulados com entidades defensoras do meio ambiente;
- Articular propostas de reivindicação de enfrentamento ao racismo ambiental urbano junto ao poder público municipal, construído em conjunto com os jovens e adolescentes durante os cursos.

Relevância do Projeto

De acordo com o Instituto Trata Brasil, na região Norte apenas 57% da população possui água potável, enquanto no sudeste mais de 90% da população tem acesso a esse serviço. A nossa cidade, Belém, é cercada de rios e canais e apenas 17% do esgoto é coletado e tratado, isso significa a contaminação de rios e uma série de alagamentos pela cidade. A pesquisa de Thales Miranda (2020) mostrou que as áreas de alagamento na cidade estão localizadas nas zonas periféricas, colocando a população preta e de baixa renda nas zonas de perigo, principalmente da crise climática.

A criação do conceito de Racismo Ambiental é atribuída ao ativista estadunidense Benjamin Franklin Chavis Jr., assistente de Martin Luther King Jr., Benjamin Chavis foi membro de várias organizações negras nos EUA. Acredita-se que o termo foi usado pela 1ª vez em 1982, quando Chavis gritou “Isto é racismo ambiental!” ao ser preso durante protesto contra um aterro químico.

O conceito descreve as relações ambientais desiguais entre países desenvolvidos e países mais pobres, que é associado ao período colonial e ao neocolonialismo sobre minorias étnicas, ou seja, a força das potências capitalistas sobre a biodiversidade dos países emergentes.

O termo é usado para falar sobre as populações consideradas periféricas e/ou minorias étnicas e raciais como indígenas, quilombolas, povos tradicionais e das florestas, que são afetadas com grandes desastres ambientais como enchentes, rompimentos de barragens e deslizamentos de terra, entre outras catástrofes ambientais ocasionadas pela exploração desenfreada.

O Racismo ambiental também inclui a falta de acesso a recursos naturais como ar limpo e água potável, exclusão da tomada de decisão sobre territórios tradicionais e recursos naturais locais, e também sofrimento relacionado a doenças causadas por degradações ambientais. “O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem.” aponta a pesquisa de Selene Herculano (2008).

Enquanto o mundo discute soluções para crise climática na COP do Clima da ONU - que é um espaço estratégico para o enfrentamento das mudanças climáticas, mas pouco diverso e inclusivo da sociedade civil geral - é necessário que propostas de base, conectadas com ações para enfrentar a mudança do clima sejam articuladas. Pensar a mitigação e adaptação climática deve ser necessário olhar para as populações das periferias das cidades, que sofrem de maneira mais intensificada os efeitos das mudanças do climática por já vivenciarem cotidianamente um contexto de racismo ambiental, sem algumas vezes saber nomear esse problema. A COP 30 e sua realização em território Amazônico é indicativo de mudanças nos cenários de debate ambiental, mas para além de sua localização, essas discussões necessitam incluir vozes periféricas, pretas, de povos tradicionais e originários precisam ser consideradas para o alcance da justiça climática e ambiental.

A conscientização por meio da informação é uma forma de incentivar e impulsionar que as populações reconheçam e se mobilizem em prol de mudanças para sua realidade e, que de alguma maneira, também irão impactar as medidas de enfrentamento à mudança climática do planeta.

Público- alvo do projeto:

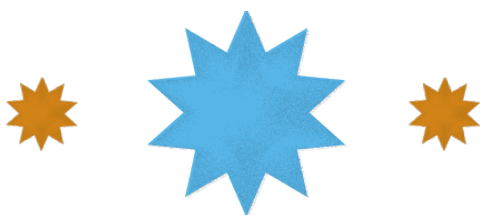
- Jovens e adolescentes das periferias da região metropolitana de Belém;
- Além de jovens e adolescentes, do corpo docente das instituições de ensino que participam do projeto, buscamos envolver os moradores dos bairros nas atividades, seja presencialmente nas oficinas e workshops, seja no diálogo com os adultos levantem informações sobre seus bairros e localidades.

Estimativa de execução:

18 meses

Existem grupos prioritários?

Jovens e adolescentes das periferias da região metropolitana de Belém.



Há potenciais parcerias estratégicas? Cite quais:

Escolas municipais, coletivos de cultura e comunicação, Na Cuia, Coletivo Miri, Cine de Rua, Círculo de Leituras Negritadas, professoras de escolas públicas, Secretarias de educação, bibliotecas comunitárias.

Local das atividades programadas:

Município de Belém-Pa

Relação com a Agenda 2030 e os Direitos Humanos

ODS(s) mais relacionado(s) ao projeto:



Meta(s):

4.7. Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

6.2. Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos;

6.3. Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

10.2. Empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou qualquer outra condição;

10.3. Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

13.3. Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.



Atividades em 2 escolas	Período de execução
Formações sobre racismo ambiental	2 encontros (3 meses)
Formação: Introdução à comunicação popular	2 encontros (3 meses)
Elaboração de campanha de conscientização	1 encontro (3 meses)
Execução da campanha	4 encontros (4 meses)
Elaboração de Carta-compromisso	2 encontro (3 meses)

Resultados esperados

Resultado 1 - Curto Prazo:

- 1.1 - Ter realizado duas formações sócio-política em duas escolas e suas comunidades;
- 1.2 - Ter realizado formação comunicação popular em duas escolas e suas comunidades;

Resultado 2 - Médio Prazo:

- 2.1 - Rede (ou GT) de combate ao racismo ambiental por meio do advocacy, a nível municipal criada;
- 2.2 - Campanha finalizada no online e offline, a nível municipal, sobre o combate ao racismo ambiental;

Resultado 3 - Longo prazo:

- 3.1 - Assinatura da carta compromisso na luta contra o racismo ambiental por candidaturas eleitas em 2024;
- 3.2 - Projeto de lei visando o combate ao racismo ambiental e a sua conscientização (2025).



Riscos

Como um projeto que visa beneficiar e promover os direitos humanos, há sempre riscos inerente a luta por direitos, que são colocados por aqueles que se beneficiam neste sistema vigente. Destacamos a seguir, alguns riscos que entendemos que poderão interferir diretamente no desenvolvimento das atividades do projeto.

- Escassez de recursos: O desenvolvimento do projeto requer recursos financeiros, pois, além de remunerar os profissionais qualificados para atividades e sua gestão, precisa-se de verba para promover as atividades. Visamos contornar essa problemática, buscando financiamento para a execução do projeto visando construir essa ponte formativa e de diálogo entre sociedade civil e legislativa do Município, visando às eleições de 2024;
- A dificuldade de diálogo com a câmara municipal: Outra dificuldade será articular com os políticos visando corroborar e levar o projeto e suas reverberações. E para isso iniciaremos as articulações com políticos que têm em suas pautas políticas assegurar os direitos humanos e fomentar a cobrança política em conjunto com as comunidades para levar tais pautas para dentro da câmara municipal;
- Não envolvimento da sociedade: Quando pensamos em movimentos sociais, acreditamos que ele é feito de maneira plural e de maneira dialógica. Por isso, precisamos do envolvimento direto da sociedade na plataforma de diálogo e construção da carta compromisso como as requisições a serem feitas ao município, pois, é a partir desta escuta ativa que podemos pensar nas melhores proposições que visam sanar problemáticas reais dos territórios. Por isso, visamos construir diálogo a partir de redes já existentes dos territórios, buscando ampliar o debate em redes e territórios que ainda não o fazem, mas são articulados de alguma forma, a partir de mobilizadores locais.



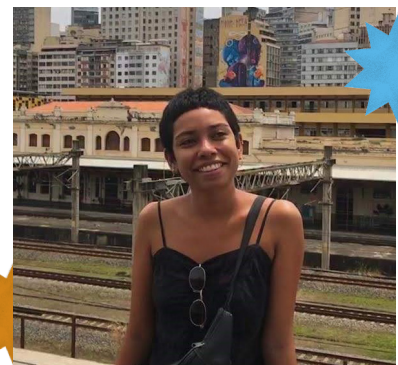
REGIÃO NORDESTE

PROGRAMA DE AUXÍLIO A TRANSIÇÃO DE
CARREIRAS PARA TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Joyce Vieira é realizadora audiovisual sergipana formada em Cinema pela UFS. Atualmente é Diretora Criativa da Artza Produtora e desenvolve seu primeiro documentário. Suas produções transitam nas áreas de cultura e memória afro-diaspórica, territorialidade e direitos humanos. É integrante da Rede de Produtores de Impacto do Fórum Latino-Americano de Cinema e Impacto Social. Contato: joyvieira.av@gmail.com / insta: joycejvieira



Luana é bacharel em Turismo, com pós-graduação em Gestão de Projetos, atualmente está como diretora executiva no Movimento AMPLIA, organização que também co-fundou e que busca promover a equidade racial e social para as juventudes por meio da educação. Contato: <https://www.linkedin.com/in/luana-reis-b581ba161/>



Synthya Maia, Advogada. Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas. Vice presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/AL e membra do Instituto do Negro de Alagoas - INEG. Pesquisadora de Estudos Étnicos Raciais. Contato: maiasynthya@gmail.com

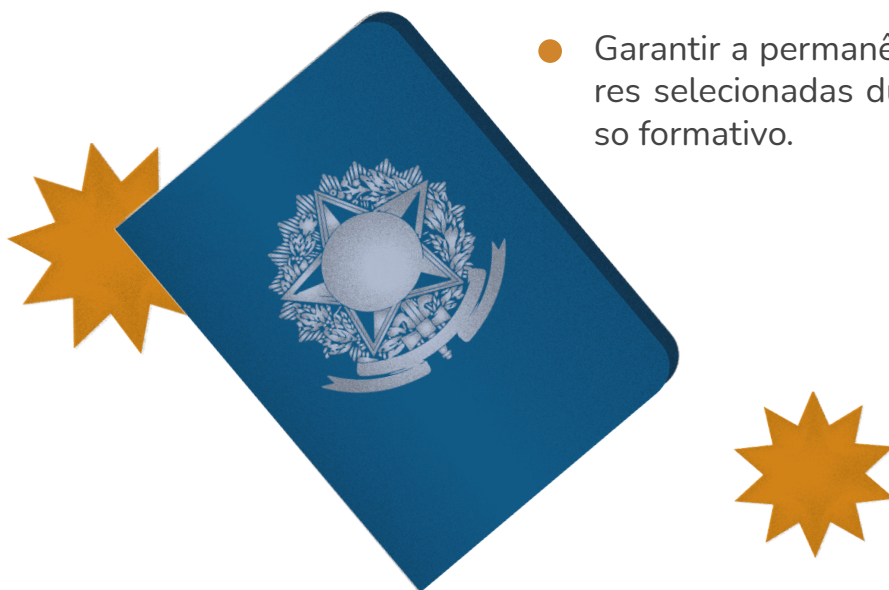


Objetivo principal do projeto:

Facilitar, através de um programa de política pública em educação, a transição profissional de 50 mulheres pretas, pardas e indígenas que atuam como trabalhadoras domésticas na cidade de Maceió (AL) e desejam ocupar outros espaços no mercado de trabalho. [...]

Objetivos específicos:

- Mapear dados sobre o perfil das trabalhadoras domésticas;
- Oferecer formações para transição de carreira;
- Potencializar habilidades e outras alternativas de renda;
- Garantir a permanência das mulheres selecionadas durante o processo formativo.



Relevância do Projeto

No contexto brasileiro, o trabalho doméstico é uma atividade marcada pela precariedade e exploração herdadas do período escravocrata e, ainda hoje, é predominantemente realizada por mulheres que, segundo dados do IPEA, são “particularmente negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias pobres.” (2018), e representam cerca de 63% do total de trabalhadores domésticos no país. Historicamente, desde o pós-abolição, mulheres pretas, pardas e indígenas foram delegadas a assumirem trabalhos domésticos mal remunerados, em muitas ocasiões, como sua principal oportunidade de geração de renda. Atualmente esta atividade profissional ainda é pouco valorizada tanto social quanto monetariamente, apesar de sua extensa e intensa jornada de trabalho, visto que a remuneração destas profissionais tange em média o valor de R\$877,00 reais mensais (IPEA, 2018). A sociedade brasileira precisa urgentemente repensar sua estrutura fundada no colonialismo que reverbera ainda hoje em nossas relações sociais em que praticamente condena um grupo social a exercer um trabalho que ela não valoriza, e não remunera adequadamente.

Mas, que se faz ainda muito importante para manter seu status quo e pode inclusive impactar positivamente para que a contratante consiga ascender profissionalmente, já que o tempo que seria dedicado às tarefas domésticas, pode ser alocado para investir na sua educação e no trabalho remunerado fora do ambiente doméstico. Por isto, se faz urgente e essencial promover outras possibilidades profissionais para esse grupo que vem sendo marginalizado há séculos, e que teve sua mobilidade social estagnada pelo racismo estrutural.

Público - alvo do projeto

[...] As beneficiárias diretas são 50 mulheres pretas, pardas e indígenas trabalhadoras domésticas. A seleção dessas mulheres atenderá aos critérios de raça/etnia, idade, quantidade de filhos dependentes, nível de escolaridade, priorizando mulheres trans e PcD, entre outras camadas que dificultam a mobilidade social. Consideramos como pessoas beneficiárias indiretas a família destas mulheres.

Existem grupos prioritários?

Mulheres trans, PcD, mulheres mais velhas, e mulheres chefe de família.

Local das atividades programadas

Maceió (AL)

Estimativa de execução

1 ano e meio, entre captação de recursos, planejamento, execução e avaliação do projeto.

Há potenciais parcerias estratégicas? Cite quais:

- Sociedade civil organizada: [Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos](#); [IRME - Instituto Rede de Mulheres Empreendedoras](#); [Central Única das Favelas](#); [Cruzando Histórias](#); [Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT](#); [Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos de João Pessoa e Região - PB](#); [Geledés Instituto da Mulher Negra](#); [Se candidate, Mulher](#); [Sindicato dos Empregados Domésticos do Estado de Alagoas](#); [Sindicato das domésticas de Sergipe](#)
- Setor público: Prefeitura Municipal de Maceió, João Pessoa e Sergipe; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); [Ministério da Igualdade Racial](#)
- Setor privado: [Feminanças](#); [B2Mamy](#)

Relação com a Agenda 2030

e os Direitos Humanos

Principais Direitos Humanos: Direito à dignidade da pessoa humana, direito à educação e ao usufruto dos benefícios da liberdade cultural e do progresso científico, direito à proteção social, a um padrão de vida adequado e aos mais altos padrões atingíveis de bem-estar físico e mental.

ODS(s) mais relacionado(s) ao projeto:



Meta(s):

10.2. Empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou qualquer outra condição;

10.3. Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, para alcançar progressivamente uma maior igualdade.

Atividades	Período de execução
Captação de recursos para implementação do projeto	6 meses
Prospecção de parcerias para aplicação do mapeamento do perfil de trabalhadoras domésticas das cidades escolhidas	3 meses
Elaboração do plano pedagógico das formações	1 mês
Contratação do corpo docente e de assistentes de projetos	1 mês
Elaboração do edital de seleção	1 mês

Atividades	Período de execução
Divulgação do edital de seleção	3 semanas
Seleção das mulheres participantes	2 semanas
Comunicação das selecionadas	1 semana
Coleta de dados complementares das mulheres selecionadas para recarga de auxílio transporte e transferência do auxílio permanência	1 semana
Elaboração do plano de monitoramento e avaliação do projeto	1 mês
Criação de formulários de avaliação do projeto para docentes, discentes e organização	1 semana
Mapeamento continuado sobre o perfil das trabalhadoras domésticas	constante
Recarga de auxílio transporte e transferência do auxílio permanência a cada mês	5 meses
Formações semanais	5 meses
Acompanhamento da frequência e desempenho das participantes	5 meses
Monitoramento do projeto com todas partes envolvidas	5 meses
Relatórios por parte do corpo docente	5 meses
Alimentação de uma plataforma com materiais didáticos	5 meses
Avaliação das etapas de planejamento e execução	1 mês
Divulgação dos resultados preliminar do Projeto	1 semana
Acompanhamento das mulheres participantes após o período formativo	6 meses

Atividades	Período de execução
Coletar os impactos do período formativo na vida das participantes	1 mês
Divulgação dos resultados finais do Projeto	1 semana
Prestação de contas das etapas de planejamento, execução e pós-execução	3 semanas
Coleta de lições aprendidas das etapas de planejamento, execução e pós-execução	1 semana
Enumeração de possíveis falhas e de medidas que fugiram do roteiro	1 semana

Resultados esperados

Resultado 1 - Curto Prazo:

- Ter obtido dados que possibilitem traçar o perfil da trabalhadora doméstica nas cidades escolhidas, englobando raça, etnia, renda, escolaridade, configuração familiar e demais aspectos socioeconômicos.

Resultado 2 - Médio Prazo:

- Ter proporcionado, através da formação, debate sobre temas importantes para o desenvolvimento de uma consciência crítica, bem como um letramento racial e social e o desenvolvimento das mais diversas competências e habilidades para a inserção delas em outras áreas no mercado de trabalho;
- Ter fornecido condições necessárias para garantir a permanência das mulheres durante o projeto.

Resultado 3 - Longo prazo:

- As beneficiárias conseguiram transicionar de carreira em áreas diversas, reunindo habilidades antes não exploradas e possibilitando uma nova configuração de renda e mobilidade social, ou conseguiram garantir seus direitos trabalhistas enquanto trabalhadoras domésticas;

- O programa foi expandido para outras cidades, bem como interlocução entre elas.

Riscos

- Não comprometimento e assiduidade dessas mulheres com o desenvolvimento do Projeto, bem como não frequência nas formações;
- Inviabilidade financeira para pagamento, exatamente como planejado, para o investimento nos profissionais que ministrarão as formações, bem como para manutenção do auxílio mensal para as mulheres que participarão do Projeto;
- Atraso para início do Projeto em razão da configuração do pagamento por parte do Executivo Municipal;
- Dificuldade de diálogo com o Poder Executivo Municipal e alterações no Plano Diretor e Lei Orçamentária que modifiquem a captação de recursos para o Projeto;
- Não identificação e interlocução entre as facilitadoras e as mulheres que participarão do Projeto;
- Frustração e criação de expectativas, tanto por parte das propositoras do Projeto, quanto das mulheres que farão parte, que não compreendam o período e os objetivos de médio e longo prazo.



REGIÃO SUDESTE

Democracia ParticipATIVA

Eduardo Araujo Couto, Mestre (UFS-Car) e Doutorando (USP) em Ciência Política, Analista de Formação e Pesquisa no Instituto Democracia e Sustentabilidade. Contato: eduardoaraujocouto@gmail.com

Lawrence Duarte, Bibliotecário, comunico o que devo e acho. Advogado em direitos humanos. Falo sobre raça, tecnologias & futuro. Contato: lawrence-matheuss@gmail.com

Maria Eduarda, é advogada, pesquisadora e assessora jurídica do Instituto Igarapé, onde atua em projetos e ações de advocacy nas áreas de segurança pública, digital e climática e de proteção do espaço cívico. Graduada em Direito pela UERJ, especializada em Advocacia Criminal pelo CEPED-UERJ, mestranda em Políticas Públicas em Direitos Humanos pela UFRJ e LL.M candidate na NYU. Contato: mpessoadeassis@gmail.com, Instagram/ Twitter: @mdudassis



Objetivo principal do projeto:

Promover a participação saudável, dinâmica, ativa e bem-informada da população no espaço cívico e na construção de políticas públicas; incidir para o restabelecimento de uma Política Nacional de Participação Social e sua regulamentação na União, e em Estados e Municípios.

Objetivos específicos:

- Produção de estudos sobre a situação acerca de mecanismos democráticos disponíveis para participação popular em nível federal, estadual e municipal;
- Construção de um ranking de democracia participativa destes entes federativos, em parceria com organizações da sociedade civil e especialistas, com base na pesquisa desenvolvida em (i);
- Criação de um HUB virtual que viabilize a disponibilização dos estudos produzidos pelo projeto, assim como o ranking de democracia participativa.
- Elaboração de um plano de incidência para implementar uma Política de Participação, na esteira dos recém criados Conselho e Sistema Nacional de Participação Social, previstos nos Decretos 11.406 e 11.407/2023. O marco regulatório sobre o tema deve abranger os entes subnacionais e a incidência terá como objetivo a sua efetiva implementação, prevendo incentivos para Estados e Municípios seguirem-no.



Relevância do Projeto

A democracia é um processo de constante construção, que demanda esforços coletivos, monitoramento e busca da realização de direitos dos mais diversos grupos da sociedade. A defesa de um ambiente democrático precisa ser um exercício diário e compartilhado.

O Brasil passou por uma grave crise democrática nos últimos anos, a partir da redução do espaço cívico⁷, do desencorajamento ao debate construtivo⁸, do fe-

7 Entre janeiro de 2021 e setembro de 2022, o Instituto Igarapé identificou 2.677 ameaças ao espaço cívico. Disponível em: <https://igarape.org.br/temas/espaco-civico/gps-do-espaco-civico/>

8 Dados de uma pesquisa Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública

chamento de espaços de democracia participativa, e da grave disseminação de fake news e campanhas de desinformação⁹ que ocupam os holofotes enquanto a violência endêmica motivada, dentre outras, pela própria dinâmica política, mas também as múltiplas desigualdades e a precarização da vida de uma parte da população ficaram em segundo plano. [...]

Um dos remédios mais fortes contra esse processo é o aprofundamento da democracia, com o objetivo central de aproximar os cidadãos, sobretudo os jovens, do debate público e encorajar a ocupação do espaço cívico. Para tal, é fundamental não apenas o incentivo à participação ativa da população em espaços e mecanismos de participação, mas a promoção de um ambiente informacional saudável, onde a troca de ideias ocorra de forma responsável e o debate se dê entre adversários com base em ideias e balizados por princípios como os Direitos Humanos e a Constituição. [...]

Ao mesmo tempo, a importância da territorialização das políticas públicas em um país tão extenso e diverso como o Brasil, além do recente protagonismo de Estados e municípios frente ao relativo vácuo de liderança na União, delineiam em conjunto um panorama de possibilidade de estender a agenda da democracia participativa aos entes subnacionais, regulamentando seus próprios planos de implementação de mecanismos de participação popular. Modelos e incentivos advindos da União cabem muito bem, nesse processo, para o seu efetivo avanço.



(FBSP), em parceria com a Rede de Ação Política (Raps) e divulgada em meados de setembro, trouxe números alarmantes: 67,5% dos brasileiros têm medo de expor sua posição política, ou seja, praticamente sete em cada dez pessoas dizem ter receio de sofrer algum tipo de agressão por causa de suas escolhas políticas.

9 Entre janeiro de 2021 e setembro de 2022, o Instituto Igarapé identificou 925 casos de fake news e campanhas de desinformação. Disponível em: <https://igarape.org.br/temas/espaco-civico/gps-do-espaco-civico>

Público- alvo do projeto

O público-alvo do projeto varia de acordo com o objetivo:

- (i) Órgãos de controle (ex.: CGU e TCU) e 27 Secretarias de Estado (ex Transparência, Secretaria de Governo).

A população em geral é beneficiária indireta desse objetivo:

- (ii) e (iv) Organizações da sociedade civil, entes públicos, universidades, centros e institutos de pesquisa;
- (iii) Secretaria Geral da Presidência, parlamentares e assessores parlamentares, instâncias como a Comissão de Legislação Participativa; de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, tendo a população em geral como beneficiária.

Existem grupos prioritários?

Juventudes. A juventude é a força motriz para mudança social.

Há potenciais parcerias estratégicas? Cite quais:

Sim, atores das instâncias de participação dos diferentes entes da Federação, organizações da sociedade civil que trabalhem com o tema da democracia (Igarapé, Observatório Internacional da Juventude, Delibera, Pacto pela Democracia, IDS), COJOVEM, Juvrio, além das entidades públicas envolvidas no projeto.

Estimativa de execução:

3 anos.

Local das atividades programadas:

Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.



Relação com a Agenda 2030 e os Direitos Humanos

Principais Direitos Humanos: Direitos de Acesso à Informação e à Participação (conforme o Acordo de Escazú, aplicável para além de questões ambientais).

ODS(s) mais relacionado(s) ao projeto:



Meta(s):

4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

16.7 Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Atividades	Período de execução
Realizar o benchmarking de iniciativas de organizações da sociedade civil, além de estudos e cartilhas que divulguem formas de participação democrática.	1º semestre do projeto
Realizar pesquisa sobre o estado da arte dos mecanismos democráticos disponíveis para participação popular a nível federal e estadual.	1º e 2º semestres do projeto

Atividades	Período de execução
<p>A partir da pesquisa, criação da metodologia para realizar um ranking dos estados com base nas descobertas, em parceria com a sociedade civil organizada e especialistas</p>	<p>2º e 3º semestre do projeto</p>
<p>Elaborar o HUB que reúna os estudos produzidos, e recepcione o ranking, dentro de uma estratégia de comunicação e divulgação dos resultados do projeto.</p>	<p>2º e 3º semestre do projeto</p>
<p>Divulgar o ranking envolvendo as outras entidades parceiras e a imprensa, além de uma estratégia de advocacy para que o ranking chegue aos estados.</p>	<p>4º semestre do projeto</p>
<p>Construção de um Plano de Advocacy, identificando de maneira mais detalhada todos os atores-chave, proposições legislativas em tramitação ou arquivadas, e mapeando o Poder Legislativo de acordo com o tema - 1º e 2º semestres do projeto.</p>	<p>1º e 2º semestres do projeto</p>
<p>Articulação para incidência em espaços no Executivo e no Legislativo, buscando criar espaços como Audiências Públicas, Conferências e Seminários, além de divulgação das pesquisas realizadas com os atores-chave.</p>	<p>3º e 4º semestres do projeto</p>
<p>A partir de todo o conteúdo coletado e know-how adquiridos sobre o tema (ranking, curso e benchmark de iniciativas), selecionar as práticas mais bem sucedidas para incidir no processo de implementação de uma Política de Participação, pleiteando a nossa participação no Conselho Nacional de Participação Social e buscando a melhor redação para uma proposição legislativa que crie o Plano Nacional de Participação Social.</p>	<p>4º ao 6º semestre do projeto</p>

Resultados esperados

Resultado 1 - Curto Prazo:

Sistematização do conhecimento, em um estudo a ser publicado nos primeiros semestres do projeto, sobre mecanismos de participação social existentes e disponíveis à população, além da articulação de atores e organizações-chave da sociedade civil, poder público e academia. Construção do ranking de democracia participativa;

Resultado 2 - Médio Prazo:

[...] Espera-se que as medidas dos estados mais bem sucedidos possam ser replicadas ou novas medidas possam ser elaboradas pelos estados. Além disso, ampliar a divulgação e o alcance da iniciativa por meio de um site (HUB), contando com parcerias estratégicas e materiais de divulgação para que mais pessoas possam tomar conhecimento de instrumentos práticos de participação à sua disposição;

Resultado 3 - Longo prazo:

Construção de uma Política Nacional de Participação Social que funcione na prática e inclua as iniciativas que, segundo nossas pesquisas, foram mais efetivas na inclusão da sociedade no debate público.

Riscos

A amplitude do projeto consiste no maior risco. [...] Com isso, os custos do projeto podem ser altos, em razão da necessidade de contratação de uma equipe, a ser dividida em diferentes frentes. Além disso, o risco político precisa ser considerado. Será preciso incidir em diferentes níveis, o que envolve o diálogo com autoridades de diferentes estados e órgãos, que não necessariamente consideram o tema do projeto uma prioridade em sua localidade. Convencer autoridades públicas da relevância da temática será crucial.



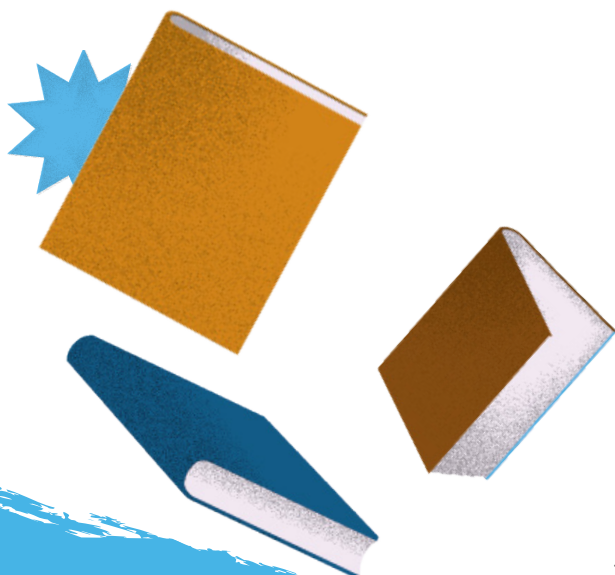
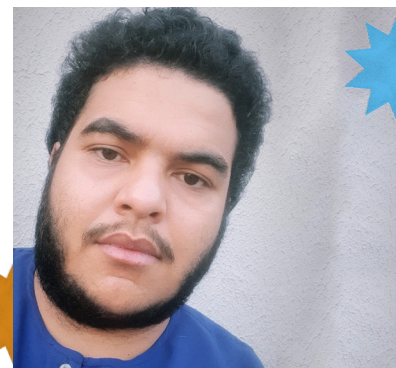
REGIÃO CENTRO-OESTE

CRIANÇAS DO MUNDO

Andréia Lopes Silva, 25 anos, advogada pela OAB/DF, especialista em Direito Público, Letróloga duplamente graduada em Letras Espanhol e Letras Português pela UnB. Contato: andreialopesilva@outlook.com

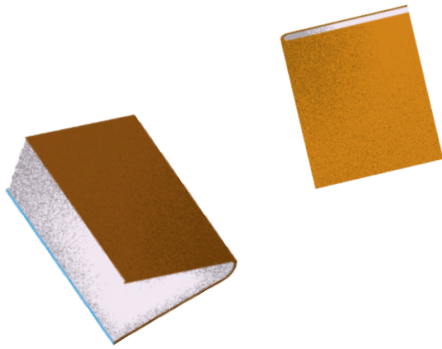
Gabriel Henrique, Bacharelado em Ciência e tecnologia de alimentos - IFG Campus Inhumas, Voluntário líder no programa de voluntariado digital do UNICEF, o #tmjUNICEF. Contato: +55 62 9 8624-4647 (Somente WhatsApp), gabriel.ghps@hotmail.com

Juliane Yurika, Graduanda em Ciências Biológicas na UnB, Volunteer Leader e Ponto Focal do DF pelo voluntariado digital #tmjUNICEF. Contato: julianeyurika@gmail.com



Objetivo principal do projeto:

Elaboração de um relatório com informações pertinentes à comunidade refugiada e as dificuldades encontradas no que tange ao acesso aos espaços educacionais



Objetivos específicos:

- Coletar dados sobre matrícula e validação de diploma de pessoas refugiadas;
- Influenciar o desenvolvimento de outros projetos como a formação de professores, contratação de professores bilíngues, designação de tradutores;
- Agrupar dados para futuros projetos educacionais.

Relevância do Projeto

O projeto pretende alcançar as crianças refugiadas que, muitas vezes são impedidas pela burocracia de acessar o estabelecimento educacional, além de evitar a evasão escolar daquelas que abandonam ou interrompem os estudos e se expõem ao trabalho infantil e/ou forçado (como vendas de balas em semáforos, entre outras atividades não regulamentadas), à marginalização e outros riscos para a infância, com o escopo de ajudar as suas famílias.

Público- alvo do projeto

O projeto destina-se a população refugiada no Distrito Federal, com ênfase no público infantil de 3 a 12 anos de idade incompletos, e entre 12 e 18 anos de idade.

Estimativa de execução:

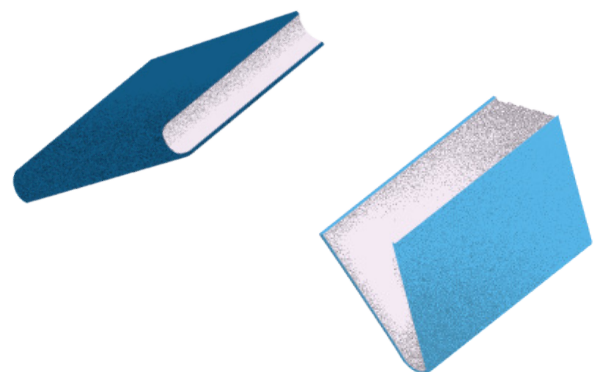
1 ano e 4 meses

Local das atividades programadas:

Distrito Federal

Existem grupos prioritários?

Crianças PcD, crianças de famílias com baixa renda.



Há potenciais parcerias estratégicas? Cite quais:

Parcerias entre Universidade de Brasília e seus institutos de línguas estrangeiras e as Escolas Públicas do DF com maior índice de crianças refugiadas. Entre os sindicatos dos professores, a comunidade de pais e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Parcerias privadas com empresas de tecnologia para a automação e integração dos dados, além do desenvolvimento do portal integrado.

Relação com a Agenda 2030 e os Direitos Humanos

Principais Direitos Humanos: Direito à dignidade da pessoa humana, direito à educação e ao usufruto dos benefícios da liberdade cultural e do progresso científico, direito à proteção social, a um padrão de vida adequado e aos mais altos padrões atingíveis de bem-estar físico e mental.

ODS(s) mais relacionado(s) ao projeto:



Meta(s):

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes,

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos,

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra,

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

Atividades	Período de execução
Parceria com escolas, sindicatos de professores e comunidades de pais	3 meses
Coleta de dados	9 meses
Organização dos dados em relatório	4 meses

Resultados esperados

Resultado 1 - Curto Prazo:

Rede de contatos com entidades envolvidas na educação pública;

Resultado 2 - Médio Prazo:

Relatório de dados sobre acesso à educação de crianças refugiadas;

Resultado 3 - Longo prazo:

Observatório de dados de crianças matriculadas na rede pública por região administrativa.

Riscos

- Indisponibilidade de dados por parte das escolas;
- Falta de pessoal para realização da coleta;
- Perda de dados.

REGIÃO SUL

RESISTÊNCIAS DO SUL: AGENDA 2030 DA ONU & ADVOCACY PARA MULHERES QUILOMBOLAS

Edna Thayná Passos Peirão, 20 anos, estudante de Direito e presidente do Centro Acadêmico de Direito da Univille. Trabalha como Analista de RH. Pesquisa nas áreas de Direitos Humanos, Direito Trabalhista, Penal e LGBTQIA+ Contato: Instagram @ednathay; e-mail thayna.peirao@gmail.com

Francielle Silva, Internacionalista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ativista ambiental e integrante do Grupo de Estudos em Relações Internacionais e Meio Ambiente - GERIMA Contato: Instagram @_franx ou e-mail fsciellee@gmail.com

Thais Bonato Gomes, Doutoranda em Direito Internacional pela Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista CAPES. Pesquisadora do Eirenè/UFSC. Mestra em Direitos Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Franciscana. Advogada. Contato: Instagram @thaisbgomes; e-mail thaisbonatog@gmail.com



Objetivo principal do projeto:

O objetivo dessa ação é a democratização de ferramentas de advocacy para defensoras de direitos humanos quilombolas no Brasil, mais especificamente da região sul do país, para que possam internacionalizar suas pautas e relacionar sua realidade ao desenvolvimento sustentável, na Agenda 2030 e outras agendas antirracistas, como a Década Internacional de Afrodescendentes da ONU, a Declaração e Programa de Ação de Durban e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

[...] O objetivo é auxiliá-las a fazer uma agenda personalizada, com as necessidades específicas dessas comunidades quilombolas, e não uma tentativa de implementação fora da realidade dessas pessoas. Os ODS vão ser o ponto de partida, um complemento de estudos para ajudar a criar outras ferramentas de fortalecimento dentro dos quilombos. [...]

Objetivos específicos:



1. Disponibilizar ferramentas de advocacy para grupos racialmente minorizados, especificamente mulheres quilombolas, a partir das suas demandas específicas e das experiências dos grupos originários;
2. Potencializar essas vozes que muitas vezes são “escondidas” em espaços urbanos e/ou rurais, realizando um mapeamento das comunidades e as ouvindo antes de iniciar o curso;
3. Aproximar essas mulheres de recursos públicos, fortalecendo, assim, a ponte entre universidades (especialmente Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros -NEABs), defensorias públicas e sociedade civil;
4. Fomentar o debate sobre povos quilombolas em regiões urbanas e rurais na região sul do país, utilizando algumas universidades do Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina como os primeiros espaços onde vamos por em prática o nosso projeto piloto [...].

Relevância do Projeto

Hoje, o Nordeste concentra o maior número de localidades quilombolas, porém, isso não significa a inexistência dessas comunidades na região sul do país. [...] Há cerca de 319 territórios quilombolas nesta região. O que denota um silenciamento desses movimentos de resistência do Sul. Com base nisso, a relevância do projeto se torna cada vez mais importante, pois a pauta dessas comunidades colocadas à margem ganhará mais estratégia de ação nesses espaços públicos, mudando a realidade local para melhor na medida em que a atuação social dos quilombos será mais propagada e reconhecida em âmbito internacional. Essa ação

irá fortalecer a visão de pertencimento dessas comunidades na região sul, onde ainda existe uma cultura muito presente de opressão de minorias não-brancas. Buscamos mostrar a diversidade e a pluralidade de pretos, principalmente quilombolas, que lutam, historicamente, contra a tentativa de apagamento causado pelo racismo estrutural desses Estados que compõem a região sul.

Essa proposta supre uma lacuna da Agenda 2030, que é observar especificamente as questões raciais. Dessa forma, a fim de cumprir com os ODS e para alinhar-se a outras Agendas Antirracistas do Sistema Universal de Direitos Humanos, como a Década de Afrodescendentes da ONU, é que se pensou nesse projeto de advocacy para mulheres quilombolas para a Agenda 2030 da ONU. Não se trata de um curso meramente, mas um espaço de trocas e de escuta dessas comunidades originárias que resistem e lutam diariamente pelo acesso a direitos. A partir da escuta das demandas específicas dessas comunidades que se elaborará um curso, coletando também nomes de lideranças que possam ativamente falar nele, para fornecer e elucidar ferramentas de advocacy que colaborem para a maior inserção das demandas quilombolas nos ODS. Trata-se de uma ação que, antes mesmo de seu começo, contará com a oitiva das comunidades, a fim de que sejam ouvidas as demandas e peculiaridades do grupo. Ou seja, quer evitar mais uma reprodução de violência e silenciamento e fazer um curso de/para quilombolas, em que os ODS seja o ponto de partida e o ponto de chegada.

Público- alvo do projeto

● Beneficiárias diretas:

mulheres quilombolas do sul do Brasil.

[...] Trazer uma formação para mulheres quilombolas defensoras de direitos humanos, tratando das suas especificidades, é respeitar e fortalecer a luta por um desenvolvimento sustentável sob as perspectivas de raça, gênero e território. O empoderamento dessas mulheres e a valorização desses saberes ancestrais, quando colocados em rede, também trarão aprendizados e benefícios para outros grupos originários. [...]

● Beneficiárias indiretas:

Toda comunidades quilombola sentirá os efeitos de uma liderança com conhecimento em advocacy, pois com o término do curso vamos fomentar o fortalecimento dessa rede de advocacy, procurando colocar elas em contato direto através de plataformas digitais como whatsapp, grupo no Telegram e demais espaços digitais para continuar os debates que vão ser aprimorados no curso. Depois que o curso iniciar a sua segunda edição (se houver), essa mesma rede poderá se candidatar para participar de conferências internacionais, como uma delegação de advocacy quilombola brasileira. [...]

Existem grupos prioritários?

O grupo-alvo são as mulheres negras quilombolas do sul do Brasil, tendo prioridade as mulheres designadas pela própria comunidade como lideranças [...].



Estimativa de execução:

8 meses

Local das atividades programadas:

Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS) - Joinville/SC, Porto Alegre/RS e Pelotas/RS.

Há potenciais parcerias estratégicas? Cite quais:

1 - Universidades públicas, privadas comunitárias e Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs):

As universidades foram escolhidas como ponte para essa formação, por conta do espaço físico com computadores e contato já existente, de projetos de extensão universitária, com comunidades quilombolas. [...] Essas mulheres, ao ocuparem tais espaços acadêmicos, também poderão realizar a troca de conhecimentos e construção de agendas importantes para a nossa sociedade. Permitindo que os saberes teóricos e os saberes populares se relacionem. A utilização da estrutura física das universidades é um meio de a universidade cumprir seu papel social e de viabilizar o acesso à formação para quem não tem infraestrutura onde reside. [...]

A fim de conduzir esse contato, nos basearemos no “Guia Agenda 2030: Integrando ODS, Educação e Sociedade”, coordenado pelo prof. dr. Thiago Gehre (UNB) e pela profa. dra. Raquel Cabral (Unesp)[...].

As universidades visadas de início são: A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), universidades públicas federais e privada comunitária, respectivamente, devido a seus já pré-existentes projetos de extensão com comunidades quilombolas locais.

2 - Defensorias Públicas dos Estados e da União:

As Defensorias Públicas, tanto dos Estados, quanto da União, têm histórico papel de defesa das pessoas mais vulnerabilizadas socialmente e de promoção de direitos humanos. Como referido anteriormente, realizam diagnósticos sociais por meio do atendimento de assistidos/as e são responsáveis por muitas parcerias frutíferas, as quais resultam em materiais informativos para a comunidade, o que poderia ser aproveitado pelo projeto. [...]



3 - Coletivos de mulheres negras que participaram do Comitê de Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030;

[...] Por meio das experiências de advocacy dessa articulação e do levantamento da necessidade de racializar o debate sob a perspectiva de gênero, será estruturado o curso e, conforme disponibilidade, contar com a participação de algumas das integrantes nas formações.

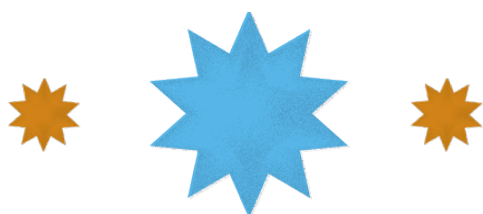
4 - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) é uma organização de âmbito nacional, sem fins lucrativos, que representa a grande maioria dos (as) quilombolas do Brasil [...]. Dessa forma, seria de primordial importância a participação do CONAQ no projeto, para comunicar as comunidades da formação e participar do processo criativo para sua elaboração.

5- Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares

A Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) é uma articulação descentralizada, sem hierarquia, articulada em nível nacional e organizada de forma horizontal. [...] Possuem frente direcionada aos povos originários e quilombolas e, portanto, poderiam auxiliar o projeto no esclarecimento de acesso a direitos e na parceria para atender demandas das comunidades. Ademais, poderiam contribuir com o relato de experiências e compartilhamento de estratégias de litigância para o acesso a direitos humanos.

6- Fundação Palmares e Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais- Câmara dos Deputados
A Fundação Palmares, instituição vinculada ao Ministério da Cultura, é responsável pela promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na sociedade brasileira. [...] A parceria com ambas instituições seria essencial para divulgação, financiamento e futuros contatos da rede que será formada na formação.



Relação com a Agenda 2030 e os Direitos Humanos

Principais Direitos Humanos: Igualdade, liberdade, educação, expressão.

ODS(s) mais relacionado(s) ao projeto:



Meta(s):

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

Atividades	Período de execução
Escuta: Quais os problemas que vocês, como mulheres quilombolas, mais percebem na sociedade e quais mais percebem no quilombo?	1 encontro - 1h30
1 - Ensino: Introdução do que se trata o curso, apresentação da agenda que será seguida durante o curso.	1 encontro - 1h30
2- Ensino: Aplicação da agenda 2030 na cidade do Quilombo. A prefeitura está cumprindo seu papel? Como transformar os ODS em realidade?	1 encontro - 1h30
3 - Ensino: O que é Advocacy? Como praticar?	1 encontro - 1h30
4 - Ensino: Quais os direitos de uma comunidade quilombola?	1 encontro - 1h30
5 - Ensino: Quais os direitos da criança, do adolescente e da mulher? Quais os direitos das pessoas negras?	1 encontro - 1h30
Atividade: Selecione uma situação-problema da sua realidade e crie uma solução baseada em um ODS.	1 encontro - 1h30
Escuta: Feedback de fim de formação e apresentação dos projetos realizados na aula anterior	1 encontro - 1h30

Resultados esperados

Com a formação, as mulheres quilombolas da região do Sul do Brasil se integraram em uma rede de advocacy para o desenvolvimento sustentável, utilizando-se dos materiais e informações que disponibilizamos e da troca de experiências umas com as outras para fortalecer as ações já existentes nesse sentido. A partir do empoderamento dessas mulheres quilombolas, houve maior engajamento racial na defesa dos direitos humanos na região onde o quilombo está inserido, através de ações que elas articularam. Outros projetos da universidade também se engajaram disponibilizando algumas bolsas em cursos de extensão sobre temas que elas se interessaram, como saberes decoloniais e novas perspectivas, mentoria de carreira e etc. Assim, essas lideranças poderiam continuar frequentando aquele espaço utilizado durante o curso. O engajamento também se deu por meio da consolidação antirracista da Agenda 2030 no Brasil, aliada a outras agendas de justiça racial, como a Década Internacional de Afrodescendentes da ONU.

Resultado 1 - Curto Prazo:

Ter mapeado o maior número de quilombos na região sul e suas condições de acesso a internet e locomoção até as universidades selecionadas para dar início à seleção de convidados da primeira turma do curso. [...]

Resultado 2 - Médio Prazo:

Ter um contato bem estabelecido com parceiros (NEAB, Universidades e etc) e com as comunidades quilombolas selecionadas para o curso. [...]

Resultado 3 - Longo prazo:

Mulheres quilombolas terem realizando advocacy internacional por suas comunidades em espaços da ONU e assim gerado impacto na promoção e proteção de seus direitos.

Riscos



1. Desinteresse pela aplicação do projeto na comunidade quilombola, por parte das lideranças locais;
2. Falta de suporte das universidades que buscaremos apoio;

3. Desistência dos voluntários responsáveis por aplicar a formação;
4. Possibilidade de não ter engajamento nas atividades pensadas e, assim, não haver permanência no curso;
5. Demora para conseguir ganhar algum edital de financiamento;
7. Custos das passagens aéreas para o encontro presencial estarem maiores que a previsão de riscos elaborada pelo grupo. Havendo a possibilidade de fazer a finalização do curso de forma remota.



AGRADECIMENTO

A equipe do IDDH agradece o envolvimento das/os seguintes parceiras/os em atividades que contribuíram para a realização desta trajetória formativa:

Palestrante na Oficina online sobre atuação das juventudes no Advocacy Internacional

Daniel Calarco, cria da favela Vila Vintém. Advogado formado pela FGV, foi visitante internacional na Columbia Law School. Presidente do Observatório Internacional da Juventude, tem ampla experiência no engajamento de juventudes na Agenda 2030.



Mentoria sobre atuação nas temáticas dos projetos desenvolvidos pelos grupos:

Tânia Dornellas, cientista política, especialista em Políticas Públicas e em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais e está na assessoria de advocacy da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, mentora da equipe do projeto da região Sul.



Cristiane Ribeiro, Co-gestora do Inesc - Instituto de Estudos Socioeconômicos, Psicóloga, psicanalista, Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência UFMG, Ativista no Coletivo Ocupação Psicanalítica, no Nzinga Coletivo de Mulheres Negras e na Articulação de Mulheres Negras de Minas Gerais, Co-coordenadora do Ateliê Psicanálise e Segregação do IPSM-MG e Autora



do livro “Tornar-se negro, devir sujeito” 2022, mentora da equipe do projeto da região Nordeste.

Thiago Gehre Galvão, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, além de Coordenador-Geral do Programa Estratégico UnB 2030, do Projeto UnB 2030, mentor da equipe do projeto da região Sudeste.



Camila Gomes, Advogada Popular e Coordenadora da Incidência e Litigância Internacional na Terra de Direitos, mentora da equipe do projeto da região Norte.



Marianna Borges, advogada, mestra em sociologia e direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), atua com a temática de migrações internacionais e direito internacional dos refugiados no momento da formação estava como assessora de proteção no Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), mentora da equipe do projeto da região Centro-Oeste.



Participação na mesa de abertura da oficina presencial na UNESCO em Brasília, sobre importância da atuação das juventudes para o Desenvolvimento Sustentável:

Fábio Soares Eon, Coordenador dos Setores de Ciências Naturais e de Ciências Humanas e Sociais do Escritório da UNESCO



Aisha Sayuri, é uma mulher negra, graduada em Relações Internacionais pela UnB e mestranda em Direitos Humanos e Cidadania pelo PPGDH/UnB. Atualmente está como Assistente de Direitos Humanos junto a presença da ONU Direitos Humanos (ACNUDH) no Brasil.



FAÇA PARTE!

Se desejar desenvolver um projeto com estrutura semelhante, disponibilizamos aqui o [Modelo de projeto](#) desenvolvido por elas/es/us.

Você possui interesse em realizar uma formação que incentive as Juventudes a implementação da Agenda 2030 na sua região? Entre em contato conosco: educardh@iddh.org.br

Nações Unidas: Informações sobre a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

GT Agenda 2030: Coalizão da sociedade civil brasileira que atua na difusão, promoção e monitoramento da Agenda 2030

Agenda 2030 no STF e no CNJ: Atuação do Judiciário brasileiro no tema da Agenda 2030

UNB 2030: Programa da Universidade de Brasília de articulação, mapeamento e incentivo à aplicação da Agenda 2030, disponibiliza materiais e informações consistentes sobre a temática e a sua aplicação na universidade

Guia Agenda 2030 (UNB): Integração com os ODS e Educação, além de recomendações sobre ODS faltantes, como: Igualdade Racial; Arte, Cultura e Comunicação; e Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais

Guia de Interseccionalidades na Agenda 2030 (UNB): Apresenta, de forma prática, a presença dos ODS no dia-a-dia de cada um/a e suas interseccionalidades

Cepal “A decade of action for a change of era”: O Relatório Regional da Cepal aborda os avanços e desafios em relação à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe.

ISBN: 978-65-981306-0-2

CDL



9 786598 130602

Realização:



Apoio:

